



**VOZES**  
**DOS VALES**  
Publicações Acadêmicas UFVJM



Ministério da Educação – Brasil  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM  
Minas Gerais – Brasil  
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas  
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM  
ISSN: 2238-6424  
QUALIS/CAPES – LATINDEX  
Nº. 09 – Ano V – 05/2016  
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

## **ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – ALTO DO MUCURI: A SITUAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA CIDADE DE ITAIPÉ-MG**

Prof. Dr. Alexandre Sylvio Vieira Costa  
Docente do Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia – ICET  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM  
<http://lattes.cnpq.br/2228584428876266>  
E-mail: [alexandre.costa@ufvjm.edu.br](mailto:alexandre.costa@ufvjm.edu.br)

Anna Flávia Oliveira Novais  
Discente do Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia - ICET- UFVJM  
<http://lattes.cnpq.br/1505152387254051>  
E-mail: [annaflavia.novais@hotmail.com](mailto:annaflavia.novais@hotmail.com)

Barbara Rodrigues Nascimento  
Discente do Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia - ICET- UFVJM  
<http://lattes.cnpq.br/6309916481456635>  
E-mail: [babi.nascimento27@hotmail.com](mailto:babi.nascimento27@hotmail.com)

**Resumo:** O artigo apresenta a situação vivenciada por habitantes de Itaipé, um município do Vale do Mucuri, diante da criação da Área de Proteção Ambiental que abrange toda a área do município. Analisando os aspectos econômicos do município verifica-se que ele apresenta um baixo índice de desenvolvimento humano, IDH. Grande parte da população vive na zona rural, o que leva a muitos a serem produtores agropecuários, mantendo-se daquilo que plantam e criam, as chamadas agricultura de subsistência. Os produtores convivem com um grande conflito com a implantação da APA devido às multas ministradas pelos desmatamentos que atingem valores equivalentes ao valor da propriedade do produtor rural penalizado. A compatibilização das ações de fiscalização com as atividades dos produtores rurais através de suporte técnico e orientação de uso da terra para produção torna-se fundamental no processo de harmonização entre os modelos de preservação ambiental e produção agropecuária e florestal.

**Palavras-Chave:** Área de proteção ambiental, agricultura de subsistência, multas.

## Introdução

No presente século muito se tem discutido acerca do desenvolvimento sustentável no qual derivou o termo sustentabilidade, tendo como alicerce a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações, considerando os inúmeros problemas ambientais que ocorrem no país na atualidade. Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas) no relatório BRUNDLAND (1987), definiu como:

Desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades e aspirações. (BRUNDLAND, 1987).

Com os avanços tecnológicos iniciou-se então uma corrida desenfreada para descoberta de novas fontes renováveis, afinal não se sabe ao certo as reservas dos recursos naturais disponíveis. E umas das formas de proteger os recursos naturais é a preservação dos biomas, através da criação de Áreas de Proteção Ambientais as chamadas APA's, pois nelas encontramos todas as organizações naturais, seja ela expressa em matas, pantanal, caatinga, cerrado, campos, etc. De acordo a Resolução/Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) / Nº 010 de 14 de dezembro de 1988 no Art1º resolve que,

Áreas de Proteção Ambiental-APA'S são unidades de conservação, destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais. (CONAMA ,1988).

A Mata Atlântica é o bioma atualmente mais devastado do país. Segundo dados da instituição SOS Mata Atlântica. No período 2011-2012 a Mata Atlântica perdeu um total de 23.548 hectares, sendo 21.977 hectares correspondendo a desflorestamentos, 1.554 hectares de supressão de vegetação de restinga e 17 hectares de supressão de vegetação de mangue. Atualmente restam apenas 6% da sua cobertura original da Mata Atlântica. Segundo dados da instituição SOS Mata Atlântica.

Aproximadamente 49% do Estado de Minas Gerais era ocupado pela Mata Atlântica. Atualmente, o pouco que resta da sua cobertura original, parte se encontra na região do Vale do Mucuri em Minas Gerais. Não se sabe ao certo a porcentagem

que se refere a Mata na região onde recentemente ocorreu a implantação da APA do Alto do Mucuri.

A região avaliada apresenta predomínio de plantações de Eucalipto, mas há também o cultivo principalmente de hortaliças para o consumo próprio do agricultor, ou seja, está presente na região uma agricultura de subsistência, na qual cultiva-se para consumo próprio. Diante de um cenário crítico e buscando diminuir o desmatamento do bioma, após a criação da APA, o governo tem utilizado de mecanismos de contenção dos desmatamentos com multas e advertências. Mas é indispensável analisar também a situação econômica dos agricultores que vivem nessa região e como o governo tem dado o suporte necessário a estes produtores.

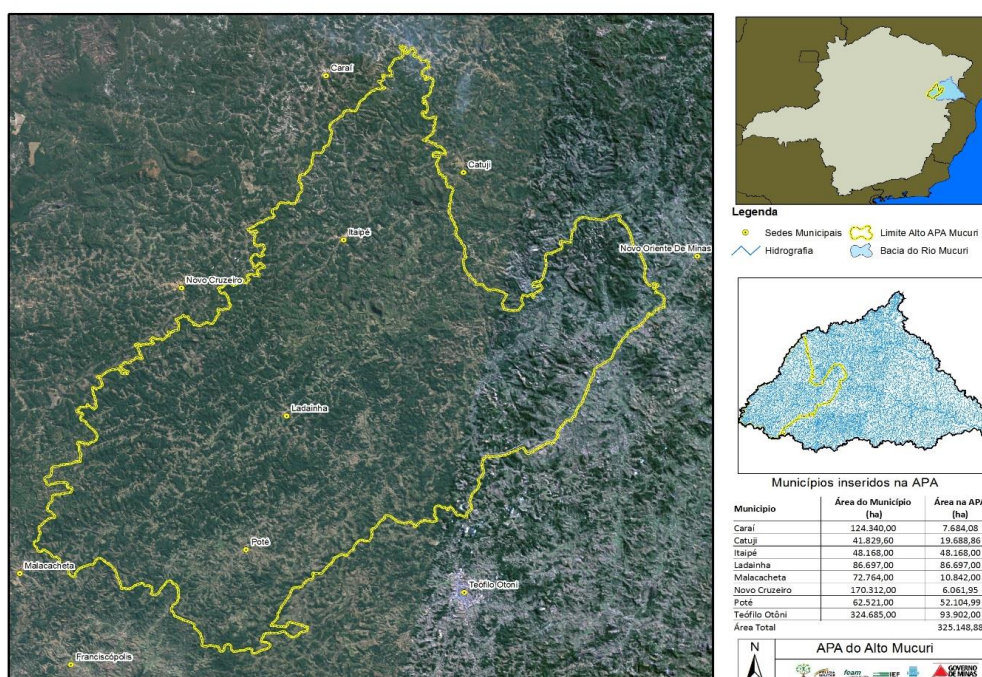
O Código Florestal, Lei nº 12.651/12, cita dois tipos de áreas de preservação: a Reserva Legal e a Área de Preservação Permanente (APP). Segundo os dados do Portal Brasil, a Reserva Legal é a porcentagem de cada propriedade ou posse rural que deve ser preservada, variando de acordo com a região e o bioma. Já as Áreas de Preservação Permanente têm a função de preservar locais frágeis e de recarga hídrica como beiras de rios, topos de morros e encostas, que não podem ser desmatados para não causar erosões e deslizamentos, além de proteger nascentes, fauna, flora e biodiversidade, entre outros.

De acordo com dados da fundação S.O.S. Mata Atlântica, publicado em maio/2014, o estado de Minas Gerais foi “líder de desmatamento” entre os anos de 2012-2013, registrando um número de 8.473ha. Houve uma redução de 22% com relação ao período de 2011-2012 período em que foram desmatados 10.572ha. Dentre as áreas destruídas, a região Nordeste de Minas Gerais “lidera a destruição do bioma”. Não podemos deixar de citar que a destruição da Mata Atlântica tem uma relação direta com a história da ocupação do território mineiro. Um historiador brasileiro chamado Ernani Silva Bruno relata em uma de suas obras que

uma das etapas de formação regional em Minas Gerais deu-se pela internação do povoamento e ocupação das terras montanhosas, em seguida à descoberta das jazidas de ouro. (BRUNO, 1967, p.49).

Com intuito de preservar a Mata Atlântica nessa região, foi criada pelo Decreto 45.877, de 31 de dezembro de 2011, publicado no Relatório CAP 2015 da região nordeste, a APA (Área de Proteção Ambiental) do Alto do Mucuri que abrange uma área de 325 mil hectares e um perímetro de 426 mil metros. Alguns dos

objetivos da criação da APA foi citado pelo Relatório, os quais são; “garantir a produção e a recuperação da qualidade das águas da região, proteção dos solos, da fauna e da flora, recuperação das áreas degradadas e conectividade entre fragmentos florestais. Ao mesmo tempo, buscar promover atividades econômicas compatíveis com a qualidade ambiental desejável para a região do Mucuri”. A região se encontra dentro da Bacia do Rio Mucuri, a qual possui os principais rios que Mucuri do Sul, que nasce em Malacacheta-MG, Mucuri do Norte, cuja nascente fica em Ladainha-MG e o rio Todos os Santos, onde sua nascente está situada no Distrito de Poté-MG, Valão.



Dentro da APA estão os municípios de Carai, Itaipé, Ladainha, Catuji, Novo Cruzeiro, Malacacheta, Poté e Teófilo Otoni. Dentre esses, o alvo do nosso estudo é o município de Itaipé que se encontra 100% da sua área dentro da APA, compreendendo 48.168,00 ha.

## Caracterização socioeconômica da área de estudo

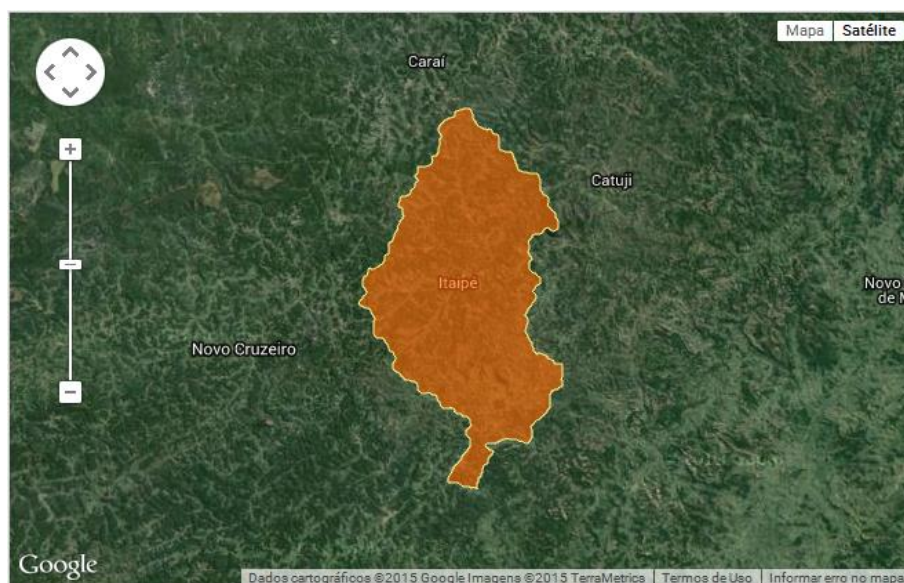


Figura 2: Mapa de Itaipé (Google Maps).

As informações da área de estudo foram obtidas pela coleta de dados do IBGE (2014). O município de Itaipé possui uma área de 483.829 km<sup>2</sup> com população estimada de 12.489 habitantes e apresenta um dos menores índices de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da região e está entre os dez piores IDHs de Minas Gerais. Em 2010 o IBGE indicou o valor de 0,552 para o IDH do município. Outra informação do IBGE (2010) que caracteriza a economia do município é o valor do rendimento nominal médio mensal per capita dos domicílios rurais, valores que somam R\$ 180,50. Devido ao reduzido rendimento médio da população, a incidência da Pobreza no município é elevada, cerca de 53,78 %. No decorrer do artigo são apresentadas algumas Tabelas referentes a informações de elevada importância para o estudo da região.

Na Tabela 1 estão os dados dos IDHs das cidades que se encontram dentro da APA Alto do Mucuri. Na região a cidade que apresenta o maior índice é Teófilo Otoni com IDH considerado alto e os municípios de Malacacheta e Poté considerado médio (IBGE, 2010). Os demais municípios inclusos na área da APA apresentam IDH baixo, incluindo o município de Itaipé.

Municípios								
Censos (Ano)	Itaípe	Ladainha	Carai	Poté	Catuji	Malacacheta	Novo cruzeiro	Teófilo Otoni
1991	0,259	0,244	0,249	0,296	0,211	0,321	0,235	0,440
2000	0,414	0,395	0,424	0,473	0,405	0,482	0,427	0,589
2010	0,552	0,541	0,558	0,624	0,540	0,618	0,571	0,701

\*IDH – Alto (0,700 e 0,799) / médio (0,600 e 0,699) / baixo (0,500 e 0,599)

Tabela 1: Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios localizados na região da APA alto Mucuri, IBGE(2010).

Censos (Ano)			
	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	105,95	204,43	277,8
% de extremamente pobres	57,24	40,52	17,1
% de pobres	82,49	64,91	35,21

Tabela 2: Renda e Pobreza do município de Itaípe/MG, IBGE(2010).

Na Tabela 2, observa-se a situação do município quanto à renda per capita em reais. Embora os dados disponíveis sejam somente até 2010, podemos extrair informações significativas dos três últimos censos, de 1991 a 2010. A renda per capita cresce ao longo das décadas, mas percebe-se que, descontando o fator inflacionário, é um valor reduzido. Entre os anos de 1991 e 2000 o acréscimo na renda média per capita foi de quase 100%, mas entre 2000 e 2010 o acréscimo não passou de 40%, sem descontar a inflação do período. Apesar disto, os programas sociais do governo como o bolsa família, promoveram melhora na distribuição de renda, reduzindo a porcentagem de pobres e extremamente pobres nesse período, fato que pode ser considerado um avanço, porém ainda longe do ideal. A queda nos índices da população extremamente pobre na avaliação dos dois últimos censos foi de 58% enquanto da população pobre a queda foi de 45,76%.

No Estado de Minas Gerais, entre os 853 municípios, Itaípe se posiciona em 458º em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), dados de 2010. Em relação ao país, de um total de 5.561 municípios, Itaípe assume a 3.447º posição, IBGE(2012).

Na Figura 3, encontram-se os dados referentes ao valor adicionado bruto ao PIB no município de Itaipé. Comprova-se, portanto, que a segunda área em que mais agrega valor de capital ao município é a agropecuária com quase 19 milhões de reais. Destacamos, desta forma, a importância da agropecuária no município através das informações obtidas do IBGE. O valor gerado pela indústria e pelos impostos arrecadados são reduzidos.

Desta forma torna-se fundamental o suporte técnico ao produtor rural por parte do Estado, do município e demais órgãos de assistência técnica da região, considerando que parte da economia do município depende da atividade primária que ocorre de forma efetiva no meio rural. O simples processo punitivo aos produtores rurais em relação ao descumprimento das leis ambientais devido a sua atividade de geração de renda e sobrevivência pode conduzir a um êxodo em massa das pessoas do campo em direção aos maiores centros urbanos da região como a cidade de Teófilo Otoni em busca de emprego e intensificando o processo de favelização.

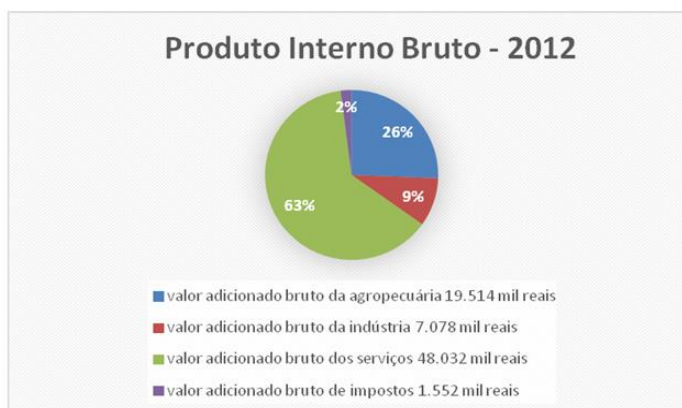


Figura 3: Gráfico Produto Interno Bruto (valores por mil reais), IBGE(2012).

<b>Censo Agropecuário</b>	
Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares).	38.677
Número de estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor em relação às terras.	
Total	1.276
Proprietário	1.004
Assentado sem titulação definitiva	3
Arrendatário	3
Parceiro	7
Ocupante	248
Produtor sem área	11

Tabela 3: Distribuição das propriedades rurais no município de Itaipé em relação ao tipo de ocupação (SIDRA, 2006).

Considerando o processo de avaliação do meio rural, torna-se relevante apresentar outras informações do setor rural quanto a distribuição das áreas dos produtores em Itaipé. Embora não encontrando dados mais recentes, temos segundo o SIDRA- Sistema IBGE de Recuperação Automática dados de 2006, os números de estabelecimentos agropecuários (Tabela 3) em relação a sua ocupação. Um dos principais pontos a serem observados é que do total de número de estabelecimentos mais de 78% pertencem aos próprios ocupantes da terra, cultivando e explorando o solo e os recursos naturais de forma diversificada. Estas informações tornam o trabalho social junto a estas famílias de extrema importância, considerando que para muitas delas, esta área é o seu único bem e de onde retiram o seu sustento. As penalizações ambientais indiscriminadas por conta das ações de desmatamento podem levar a falência famílias que já se encontram em dificuldades financeiras e consideradas vulneráveis.

Dados mais recentes, segundo o portal Ipeadata, demonstram que em 2010 Itaipé possuía 4.466 hectares de área plantada. Comparando com 2006 onde existiam 7.571 hectares cultivados, verifica-se uma redução de 41%. Diante disso podemos pensar em vários aspectos que levaram uma diminuição, como por exemplo o êxodo rural, as terras que se encontram parcialmente improdutivas, ou até mesmo um aspecto menos provável que seria pela preservação ambiental, já



que estamos diante de uma região que vive da agricultura de subsistência. A pressão do Estado sobre estas pessoas, sem a devida assistência, aumentará significativamente este êxodo, reduzindo ainda mais a atividade econômica e a arrecadação do município.

Nas informações obtidas junto a Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais) do município, constata-se que no ano de 2000 a região possuía 2.385 agricultores sendo que este foi o último Censo realizado, e que 90% dos moradores da zona rural são caracterizados como agricultores familiares. A Emater possui a meta de atendimento de 900 agricultores familiares por ano, muito pouco diante do total de agricultores familiares existentes no município.

Segundo o STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de Itaipé mais de 60% da população são agricultores familiares. Sendo que a principal fonte de renda dessa região é a agricultura local de subsistência.

Há um grande desafio nessa região, devido se tratar de uma população com um elevado nível de pobreza. Infelizmente muitos produtores não tem a consciência de que o desmatamento prejudica o bioma, e que acarreta assim uma série de problemas ambientais. Isto ocorre devido a vários fatores como a falta de informação, conhecimento e orientação técnica e a sua própria falta de opção em busca de outras fontes de renda.

### **A situação do produtor diante a Lei**

Buscando diminuir o desmatamento do bioma o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) do Governo Federal, utiliza de mecanismo de contenção do desmatamento com multas e advertências.

A Lei federal 6.902, de 27/04/81, estabelece que as Áreas de Proteção Ambiental são porções do território nacional de configuração e tamanho variáveis, submetidas a modalidades de manejos diversos, podendo compreender ampla gama de paisagens naturais e seminaturais, com características notáveis dotadas de atributos bióticos, estéticos ou culturais que exijam proteção para assegurar o bem-

estar das populações humanas, conservar ou melhorar as condições ecológicas locais ou constituir-se em local de experimentação de novas técnicas e atitudes que permitam conciliar o uso da terra com a manutenção dos processos ecológicos essenciais. (ZANONI, 2000)

Porém na prática não é tão fácil criar uma ponte entre a preservação e o uso da terra. Tem-se o impasse entre os agricultores e demais moradores do meio rural que são submetidos a leis restritivas do uso agrícola e extrativistas sendo que os mesmos dependem unicamente dos recursos dessa terra.

Segundo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaipé, os órgãos de fiscalização cobram multas de elevado valor dos produtores que não tem condições financeiras; que plantam e colhem para seu próprio consumo. Como manter uma APA (Área de preservação ambiental) numa região que apresenta esse contexto; áreas rurais ocupadas e utilizadas na subsistência das famílias, incluindo a exploração dos recursos naturais?

Outra questão agravante que necessita ser avaliada é o tocante às leis de preservação da Mata Atlântica. Isto porque a Lei 11.428/06 e o Decreto 6.660/08 em comparação com a lei anterior regente da matéria – o Decreto 750/93 – apresenta diversos dispositivos flexibilizando a intervenção humana.

Segundo o Analista em Direito do Ministério Público de Minas Gerais<sup>1</sup>, a alteração do quadro legal que se impõe sobre a preservação do bioma em questão também constitui um ponto a ser vencido se porventura cogita-se avaliar os impactos da área de preservação ambiental do Alto do Mucuri na vida dos agricultores. Por fim, faz-se necessário destacar as implicações jurídicas e práticas da implantação de um sistema protetivo em cotejo para com os interesses da exploração da terra, já que da leitura da Constituição Federal de 1988, a preservação ambiental deve se estabelecer mediante medidas que atendam ao desenvolvimento sustentável.

O Analista faz referência ao artigo 225 da Constituição, que por sua vez, utilizou-se do conceito uso referido da seguinte forma:

---

<sup>1</sup> NOVAIS, Maycon.A.O. Analista em Direito do Ministério Público de Minas Gerais, desde Maio/2014. Atualmente em serviço na Comarca de Turmalina-MG.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (CONSTITUIÇÃO, 1988).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi discutido pela primeira vez na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, no ano de 1987, realizada em Estocolmo, capital da Suécia. Nesta oportunidade produziu-se um documento, no qual os conferencistas definem o desenvolvimento sustentável como sendo: "o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades" (WCED, 1991).

Da análise deste conceito, procurou-se harmonizar duas questões básicas e relevantes para a manutenção da vida humana, colocou o Analista: o consumo de recursos ambientais *versus* a preservação do meio ambiente, e isto, em uma perspectiva atemporal, ou seja, que extrapola o tempo presente e chama a atenção para a questão do legado.

A questão ambiental sem dúvida enseja grandes debates pois envolve o bem-estar de todos os seres humanos, independentemente do tempo em que se encontram. O que se eventualmente perceberá é que em algum momento a preservação ambiental vai subjugar a necessidade humana de explorar os recursos naturais, ora se verá o oposto.

Do ponto de vista legislativo, o Analista diz que o Brasil, apesar do retrocesso legal quanto à regulamentação da mata atlântica em geral, possui uma das mais avançadas legislações ambientais. Entretanto, por tratar-se de uma legislação complexa, poucos estudiosos da área ambiental detêm conhecimento suficiente para harmonizar a expectativa dos textos de lei e as necessidades reais humanas.

Por fim, conclui dizendo que “ Merece menção também o recente Novo Código Florestal, lei 12.651/12, na qual se fixou alguns dispositivos menos protetivos ao meio ambiente se comparados com o antigo Código Florestal. De qualquer modo, deve-se ressaltar que a adoção de um parâmetro de proteção inadequado poderá acarretar problemas práticos mais tarde”.

## **Suporte aos produtores**

Segundo o STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de Itaipé o órgão é parceiro da APA e apoiam as iniciativas e projetos visando a qualificação dos produtores e orientação quanto a ocupação do solo e sua exploração. Mas inicialmente não foram realizadas palestras de conscientização com os produtores rurais visando a preservação da Mata Atlântica ou apresentado os conceitos de ecologia, assim como as possibilidades de geração de renda em atividades agroambientais, associados a preservação dos recursos naturais. Durante a criação da APA, as entrevistas mostraram que os moradores e produtores rurais desconheciam totalmente a respeito do projeto e das Leis e como isto afetaria as suas vidas. Embora independente de se ter uma APA ou não, é dever de todos preservar a natureza e os órgãos de fiscalização devem atuar para prevenir acontecimentos que descumpram as Leis, mas sem desconsiderar as condições econômicas e sociais da população inserida neste meio físico.

De uma certa forma a criação da APA na região intensificou a fiscalização contra os desmatamentos, e a entrevista com os produtores rurais mostrou que a população se sente indignada com as multas abusivas que o governo impõe, sendo que Itaipé é uma cidade pequena e o que produz fica dentro do Município, para a sobrevivência dos próprios agricultores familiares e consumo de sua população.

Os moradores apoiam a APA mas se sentem prejudicados, de não poder utilizar o seu espaço de terra, não podem retirar nenhuma madeira para construir cercas, chiqueiros, galinheiros, etc. Também não reivindicam, constrangidos, porque estariam sendo contra os princípios socioambientais.

Diante dessa situação o Ministério de Meio Ambiente criou “O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, lançado em setembro de 2011, que concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental”. Valor extremamente irrisório considerando que, em média, as famílias dos produtores rurais possuem mais de três pessoas.

O STR afirmou que eles conhecem o programa do governo Bolsa Verde, mas não incentivam os moradores rurais a participarem e alegam que para participarem do programa o governo exige muitos documentos onde a maioria desiste por não conseguirem, devido ser comum na região possuir terras sem medição e terras que estão no nome de pessoas que já faleceram.

Na região encontra-se o IEF (Instituto Estadual de Florestas) localizado na cidade de Teófilo Otoni, a 81 km de Itaipé. O instituto é responsável por atender a região Nordeste de Minas Gerais. Segundo o IEF no ano de 2014 foram realizadas várias palestras de conscientização na região onde a APA está localizada. Sobre o programa Bolsa Verde, alegam que o próprio governo não disponibiliza o dinheiro para a região, por falta de fundos para tal ação.

## **Conclusão**

Tendo em vista os aspectos observados quanto à caracterização do município e a situação dos produtores diante a APA, talvez seja muito cedo exigir de uma população atitudes nas quais não foram inseridas desde a fixação dos primeiros agricultores na região. Não se pode, é claro, considerar tal questão como ‘desculpa’ para o não cumprimento das leis, mas deve-se considerar que são pessoas humildes e sem conhecimento tenham a terra como seu único sustento. A região é privilegiada por estar protegendo o pouco que restou da Mata Atlântica.

Com tais questionamentos e impasses, a comunidade precisa se informar diante das situações que vivenciam perante as instituições governamentais responsáveis pela APA. Logo, procurar um posicionamento quanto aos conflitos existentes no Vale do Mucuri quanto ao desmatamento, visando uma atuação transformadora, voltada para os interesses da maioria da população, como por exemplo cuidar da área preservada de forma que haja um retorno financeiro para os agricultores e que a sua atividade fim, a agropecuária, seja preservada.

## Referências

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: tentativa de definição*. Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2012/01/15/sustentabilidade-tentativa-de-definicao/>>. Acesso em 10 de dez de 2014.

BRUNO, Ernani Silva. *História do Brasil (geral e regional)*. São Paulo: Cultrix, 1967, 2ª ed., v. 4.

CAMPANILI, M; PROCHNOW, M. *Minas Gerais, uma rede pela floresta*. Disponível em: <<http://www.apremavi.org.br/download.php?codigoArquivo=89>>. Acesso em 11 de mar de 2015.

DATASUS, *Informações de Saúde, Demográficas e Socioeconômicas*. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/censo/cnv/desembr>>. Acesso em 25 de jul de 2015.

DEEPASK, *PIB: Veja o Produto Interno Bruto por cidade do Brasil - ITAIPÉ, MG*. Disponível em <<http://www.deepask.com/goes?page=itaipe/MG-Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-municipio>>. Acesso em 27 de jan de 2015.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Escritório Regional Nordeste. Relatório CAP 2015 Região Nordeste*. Teófilo Otoni, 2014.

IBAMA, *Resoluções do CONAMA*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/servicos/resolucoes-or>>. Acesso em 11 de mar de 2015.

IBGE, *Número de municípios, população residente, por situação do domicílio, taxa de crescimento e razão de dependência, segundo as Unidades da Federação e classes de tamanho da população dos municípios - Brasil – 2000*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores\\_sociais\\_municipais/tababela1a.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores_sociais_municipais/tababela1a.shtm)>. Acesso em 27 de jul de 2015.

IBGE, *Cidades*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=313230&search=minas-gerais|itaipe>>. Acesso em 3 de dez de 2014.

IPEADATA, *Regional – Agropecuária*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 4 de ago de 2015.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE, *Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde>>. Acesso em 10 de mar de 2015.

PLANALTO, *Lei nº12.651/12*. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651compilado.htm)>. Acesso em 20 de mar de 2015.

PORTAL BRASIL, *Principais Regras do Código Florestal*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/11/entenda-as-principais-regras-do-codigo-florestal>>. Acesso em 6 de fev de 2015.

SIDRA, *Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos por grupos de atividade econômica, condição produtor em relação às terras e orientação técnica*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=838>>. Acesso em 27 de julho de 2015.

SIDRA, *Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários, por condição legal do produtor em relação às terras, sexo do produtor, grupos de atividade econômica e grupos de área total*. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=787>>. Acesso em 26 de jul de 2015.

SIDRA, *Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor em relação às terras, sexo, classe de idade e nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=765>>. Acesso em 26 de jul de 2015.

SOS, *Mata Atlântica*. Disponível em: <<http://www.sosma.org.br/14663/sos-mata-atlantica-pede-moratoria-de-desmatamento-a-minas-gerais/#.dpuf>>. Acesso em 3 de dez de 2014.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - [www.ufvjm.edu.br/vozes](http://www.ufvjm.edu.br/vozes) em: 14/06/2016

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

[www.ufvjm.edu.br/vozes](http://www.ufvjm.edu.br/vozes)

[www.facebook.com/revistavozesdosvales](https://www.facebook.com/revistavozesdosvales)

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico gratuito (Acesso Aberto) divulgado nos programas brasileiros

*Stricto Sensu* (Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,

em diversas áreas do conhecimento.